

Título: PROGRAMA DE APOIO À INFÂNCIA, À JUVENTUDE E SUAS FAMÍLIAS, EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

Área temática: Educação – criança/adolescente - Grupos sociais vulneráveis.

Coordenação Geral: Nara Vieira Ramos

Autor/apresentador: Valéria Pereira Minussi

Co-Autores: Chaister A. L. de Campos; Guilherme da Silva Kieling; Letícia Degrandi Gelatti; Micheli N. Bamberg Rohr; Tailine Halberstadt.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – BR

Email: nejif@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo apresentar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos sobre Juventudes, Infâncias e Famílias – NEJIF. Neste núcleo desenvolvemos o Programa de Apoio à Infância, à Juventude e suas Famílias, em Políticas Públicas que tem por objetivo construir parcerias para a efetivação da rede de atenção integral em políticas públicas, para a infância, juventude e suas famílias a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na metodologia abordada para o desenvolvimento das ações utilizamos metodologias participativas e também nas pesquisas, pesquisa participante. Dialogamos com autores como Freire (1995, 1988, 1993), Villasante (2002, 2006, 2009), entre outros. Realizamos o mapeamento dos serviços, dos atendimentos, projetos realizados pelo poder público e pelas organizações não-governamentais com infância, juventude e famílias com o objetivo de conhecer o que existia e verificar o que faltava para o atendimento desta população. Também temos projetos de intervenção na área da infância, juventude e famílias em políticas públicas, onde atendemos crianças, adolescentes, jovens e suas famílias no encaminhamento aos serviços de atendimento ofertados pelas políticas públicas sociais.

Palavras-chave: rede de atendimento; criança; adolescente; juventude; famílias; políticas públicas.

O NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES, INFÂNCIAS E FAMÍLIAS

Santa Maria da Boca do Monte, assim conhecida, está situada no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, estado do extremo sul do Brasil. Além de ser um pólo geo-educacional, também, é um centro de atração comercial e entroncamento rodoviário. No sistema urbano gaúcho é o 5º maior município do Estado, com uma população de 321.031 habitantes (CENSO 2010).

Observando a situação de Santa Maria quanto à sua característica funcional, destaca-se como pólo regional essencialmente terciário, principalmente no setor de serviços e de educação. A industrialização é pouco diversificada. As indústrias existentes são de pequeno e médio porte, voltadas para o beneficiamento de produtos agrícolas ou para o

setor moveleiro, metálico, calçadista, de laticínios, de bebidas entre outros. Santa Maria tem um crescimento significativo de micro-empresas, porém com pouco envolvimento de mão-de-obra.

Percebe-se um elevado índice de miséria nas vilas periféricas da cidade. São vilas formadas por ocupações irregulares que não estão registradas na prefeitura e nem constam no mapa da cidade. Por ser uma cidade de médio porte, encontrando-se no centro do Estado e com um falso fascínio pelo crescimento, principalmente da construção civil, do comércio e de sua posição cultural, muitas pessoas vêm para o município em busca de emprego e de um local para fixar moradia. Porém, não ocorre a absorção da mão-de-obra disponível, crescendo consideravelmente o comércio informal e os bolsões de miséria na periferia da cidade.

Santa Maria está dividida em oito zonas ou regiões, sendo norte, sul, leste, oeste, centro, centro-oeste, centro-leste e nordeste. Regiões estas de extrema desigualdade econômica. A cidade apresenta a situação de muitas cidades brasileiras em relação à pobreza e isto reflete principalmente no centro da cidade com um número considerável de crianças e adolescentes em situação de rua. E é nesse contexto que desenvolvemos nossas práticas, pela extensão universitária para atuar diretamente contribuindo assim com a população santamariense.

Estamos atuando nessa área a alguns anos, de várias formas: na escola, com os professores, com a meninada diretamente na escola e nas ruas, com suas famílias, com entidades não-governamentais e instituições governamentais, nos conselhos, nos acessos às políticas públicas.

A Universidade Federal de Santa Maria tem um importante papel no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população desta cidade por sua posição privilegiada como instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Com isso, apresentamos o **Núcleo de Apoio à Infância, à Juventude e suas Famílias em Políticas Públicas**, que contempla duas áreas de ação: o projeto “Ações Coletivas com Crianças, Adolescentes, Jovens e Familiares em Situação de Risco Pessoal e Social” e o projeto “Pesquisa Diagnóstico sobre serviços escolares e não-escolares de atendimento à Infância, à Juventude e Famílias em Santa Maria/RS” estando estes inter-relacionados.

Historicamente observa-se que as políticas do Brasil referentes à infância e à juventude se desenvolveram de diversas formas, cabendo salientar que quanto menos políticas públicas voltadas para estes sujeitos ou ainda quanto mais tutela e repressão acontecendo, mais violência foi registrada. Quanto mais difícil a situação econômica do país (anos 30), por exemplo, mais aumentou no Brasil a penalização da pobreza, cresceu o

número de crianças e adolescentes desassistidos, sendo as vítimas responsabilizadas, pela realidade da violência.

Para Garcia (1999), nos anos 50 observa-se um período de maior crescimento econômico e redistribuição de renda, registrando-se uma diminuição do número de crianças e adolescentes vitimizados. Nos anos 70 e 80, aparece fortemente o fenômeno dos meninos e meninas de rua

quando eles se tornam emblemáticos para o Brasil e são o momento de fazer nascer os direitos, é a época da redemocratização. Junto a esse fenômeno, a gente tem muita repressão e tutela, mas tem muitos desafios de modificação da doutrina da situação irregular, que penaliza as crianças e as famílias pobres por serem pobres, quando não é uma questão de ser pobre, mas de ter condições estruturais, políticas e sociais (GARCIA, 1999, p.145).

Nos anos 80 com o início da redemocratização, a Constituição Federal de 1988, chamada de “constituição cidadã”, a participação faz parte dos novos paradigmas por ela defendida. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, lei menor que advém da Constituição, porém, não de menor importância e significado, termina com a doutrina da situação irregular (ao menos no papel) e passa a tratar da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, partindo do princípio de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos. Com isso, há uma mudança de foco, na forma pelas quais as crianças e os adolescentes eram atendidos no Brasil anteriormente.

A política de atendimento que defende o ECA, que procura dar conta dos direitos de crianças e adolescentes, como seres em processo de formação, com necessidades e como tais devem ser tratados, não significando que essa necessidade seja para “tutela” de alguém, pois elas são direitos, e como tais devem ser exigíveis, ser reais. A política de atendimento está inserida num quadro maior que engloba toda a sociedade. O problema da infância e da juventude afeta o tamanho de nossa cidadania. Enquanto não houver o cumprimento do contrato social com a criança e/ou adolescente a cidadania como um todo estará ameaçada.

Com isso, fica claro que não é um problema à parte, do Estado, e sim um problema da sociedade. Trata-se dos direitos humanos destes indivíduos. O art. 1º, da Constituição Federal 88 foca a participação dos cidadãos na gestão pública, a este se junta o art. 204, que fala sobre a participação da sociedade civil na formulação das políticas sociais básicas. A descentralização político-administrativa, que nada mais é do que a distribuição do poder, obriga não só o Poder Público como também a sociedade, a fazer seu reordenamento, numa relação de co-responsabilidade na execução das políticas sociais básicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a proteção integral como a garantia, com absoluta prioridade, da efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. É uma definição tão complexa que corre o risco de permanecer inaplicável. Como aplicar a proteção integral, com todas as suas exigências, na prática? É evidente que ninguém vai conseguir fazer isso sozinho. Nenhuma organização social, nenhum órgão público e nem mesmo o governo, em suas três esferas, tem condições de dar conta dessa tarefa. Isso quer dizer que precisamos unir esforços e nos organizar em cada cidade, em cada bairro, de uma forma conjunta e planejada, para que a proteção integral tenha chances de ser mais do que uma determinação da lei e se torne real.

Hoje vivemos um momento histórico muito importante, pois completamos neste ano, 21 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente- (ECA), maioridade, e ainda temos muito presente a questão da “situação irregular”, forma que eram tratadas nossas crianças e adolescentes pelo antigo Código de Menores. Atualmente, está muito presente a discussão sobre a questão da maioridade penal de adolescentes infratores principalmente frente a onda de violência presente em nosso país.

Participando a muitos anos na luta pela construção de direitos desta população, para que realmente estes meninos e meninas sejam vistos, pensado e tidos de fato como sujeitos de direitos, foi proposto pelo Núcleo um projeto de intervenção para a prevenção destas situações de violência e para que este tipo de discussão sobre os adolescentes seja de outra forma e não pela penalidade.

Acreditamos que a Universidade tem um papel importante na sociedade e que não pode deixar de estar presente neste tipo de ação de prevenção e construção de qualidade de vida da infância, juventude e suas famílias. Este trabalho não pode ser realizado sem pensar na família, nas relações, nos problemas estruturais pelos quais ela está passando atualmente e que com certeza implica na vida destas crianças e adolescentes.

O Núcleo de Estudos sobre Juventudes, Infâncias e Famílias – NEJIF tem como intuito propiciar estudos, consultorias, planejamento e execução de ações referentes à infância, à juventude e suas famílias em políticas públicas, para isso desenvolve dois projetos de extensão priorizando sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

As “Ações Coletivas com Crianças, Adolescentes, Jovens e Familiares em Situação de Risco Pessoal e Social”, projeto de extensão tem por objetivo construir ações coletivas para a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e seus familiares em situação de risco pessoal e social nas políticas públicas, contribuindo para sua efetiva cidadania.

Neste projeto de intervenção contamos com a atuação direta dos acadêmicos na escola, com um levantamento minucioso sobre crianças e adolescentes que estão sendo beneficiados com o Programa Bolsa Família do Governo Federal e daqueles que não possuem o benefício. O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal para auxiliar as famílias mais pobres do país, isto é, aquelas que possuem renda per capita de

até cento e quarenta reais por mês. O Programa Bolsa Família visa combater a fome e a miséria, e uma das condições deste programa é a frequência das crianças em idade escolar à instituição de ensino. É verificada a situação destes, se estão frequentando as aulas e em que condições, se não estão o que está ocorrendo. As crianças, os adolescentes que não recebem o benefício e estão faltando muito às aulas, com o auxílio da professora as identificamos e realizamos visitas às famílias para retorno a escola e para encaminhamento a projetos no turno inverso das aulas. A partir da atuação com esta população e permanente avaliação percebemos a necessidade de estarmos investindo em prevenção.

Os problemas de violência que hoje a nossa sociedade enfrenta vêm de problemas estruturais que precisamos “não mascarar” as situações que estão a acontecer e ter coragem de enfrentar e propor mudanças substanciais que não sejam somente paliativos. Para isso, prevemos com este projeto assessoramento técnico (pedagógica, psicológica, jurídica, serviço social) às escolas da região norte, ampliando posteriormente para as demais regiões de Santa Maria que atendem crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, em situação de risco pessoal e social; participação efetiva nos cursos, seminários, oficinas, para professores e funcionários das escolas envolvidas pelo projeto sobre os temas propostos pelos educadores das escolas; encaminhamento de crianças, adolescentes, jovens e familiares para a Rede de Atendimento a partir do levantamento realizado nas escolas sobre crianças e adolescentes que recebem auxílio do Programa Bolsa Família.

No ano de 2010, expandimos o atendimento do projeto para mais duas escolas de regiões diferentes (nordeste e oeste) e também tivemos apoio para as atividades dos bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, sendo possível um salto de qualidade e abrangência significativo.

Com isso, pretende-se ter melhores resultados em termos de prevenção. A diminuição considerável do número de crianças e adolescentes em situação de rua. Uma melhor circulação de crianças, adolescentes, jovens e familiares pela rede de atendimento tendo com isso o início de um trabalho eficaz de inclusão social. Também melhorar o atendimento nas escolas a estas crianças e adolescentes fazendo um acompanhamento tanto das famílias quanto das crianças, adolescentes e jovens atendidos pelo projeto para ver de fato os impactos de resolutividade dos problemas detectados.

Nas escolas atuamos diretamente com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social com as seguintes ações: encaminhamentos para a rede de problemas detectados de violência doméstica; atendimento em classes multiseriadas de crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem; participação na formação dos educadores (professores e funcionários das escolas); com as famílias destas crianças e adolescentes;

nas atividades de esporte e lazer das escolas bem como nas atividades de comemorações de datas significativas para as comunidades.

Contamos com um número considerável de bolsistas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID (24) somados a bolsista FLEX e bolsistas PRAE. Os acadêmicos envolvidos participam ativamente das atividades desenvolvidas nas escolas como também passam por formação específica para atuar no projeto.

Nas escolas atendemos em cada uma, em média 25 crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, desde meninos e meninas na faixa etária de 13 a 15 anos que não sabiam ler, mal conhecendo o alfabeto; crianças em início da escola, com problemas sérios de hábitos, atitudes, desenvolvimento de habilidades necessárias para o processo de alfabetização entre outras situações encontradas. Atendemos também em atividades de esporte e lazer envolvendo diversas atividades com crianças e adolescentes dos anos iniciais (1º ao 5º ano). Utilizamos jogos pedagógicos como metodologia de trabalho nas intervenções. Nesta etapa realizamos neste projeto ações de extensão, ensino e pesquisa efetivamente.

Já no projeto “Pesquisa Diagnóstico sobre serviços escolares e não-escolares de atendimento à Infância, à Juventude e famílias em Santa Maria/RS” visamos conhecer os serviços escolares e não-escolares de atendimento à infância, juventude e famílias em Santa Maria para a articulação em rede posteriormente. A metodologia utilizada é de cunho quanti/qualitativo e caracteriza-se por uma pesquisa de campo descritiva.

Observamos em Santa Maria em relação à Rede de Atendimento escolar e não-escolar para a infância, juventude e famílias a mesma situação que ocorre no restante do país, onde a mesma não existe de fato, e sentimos a necessidade de estarmos nos debruçando sobre esta questão e auxiliando nesta construção efetiva.

Sentimos também a urgência da cidade para o levantamento destes dados para a organização em rede dos serviços escolares e não-escolares. A partir da organização dos serviços em rede espera-se que ocorra investimento em serviços que estão a descoberto para o atendimento da infância, da juventude e suas famílias e que esse seja o início da efetiva construção da rede de atendimento, para que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos e a prioridade absoluta preconizada no ECA seja uma realidade em Santa Maria.

Nosso trabalho, que iniciou em 2007 com o mapeamento da região Norte da cidade, hoje está na reta final. Já visitamos todas as instituições que prestam serviço a comunidade, incluindo escolas, igrejas, postos de saúde, hospitais, conselhos tutelares, CTG (Centro de Tradições Gaúchas), associações, entre outros colhendo dados do que essas instituições realizam para a comunidade. Agora estamos revisando todo esse material, localizando essas instituições no mapa da cidade para a publicação da pesquisa.

A metodologia que o grupo segue tem caráter quantitativo e/ou qualitativo de acordo com a ação a ser desenvolvida pelo núcleo, no mapeamento para a construção da rede em Santa Maria. Também utilizamos como metodologia a observação participante seguida de um levantamento por meio de formulários, no caso das ações coletivas realizadas nas escolas. Tomamos como critério de triagem dos alunos para a participação na pesquisa o benefício do programa Bolsa Família do Governo Federal, considerando ainda as crianças que não o recebem, mas que estejam com dificuldades de freqüentar a escola ou com problemas de aprendizagem. Após o preenchimento do formulário pelo aluno, entrevistamos ainda as famílias para poder identificar suas carências e encaminhá-las para as instituições que possam suprir tais necessidades. Após passarem três anos do início do trabalho, retomamos os casos de 2008 da escola da Zona Norte para verificar o que ocorreu com os alunos participantes, preenchendo um novo formulário com os professores e funcionários da escola e com os alunos que ainda se encontram na instituição.

Este trabalho é lento e está em processo de desenvolvimento, é um desafio para a construção de cidadania da população que faz parte destas escolas. Também a partir desta inserção os acadêmicos envolvidos estão tendo oportunidade de conhecer uma significativa parte da cidade e refletir sobre a situação sócio-econômica e cultural das famílias.

Referências:

- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara S. A, 1973.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988, Brasília, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990
- FREIRE, P. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. Entrevista Educação Libertadora. Porto Alegre, 1988. Revista de Educação AEC, n.67. 1988. Entrevista concedida a Ivan Teófilo.
- _____. Paulo Freire e Educadores de Rua – Uma Abordagem Crítica. Rio de Janeiro: Libador Ltda, 1985.
- IBGE. Censo 2010.
- RAMOS, Nara Vieira. Escola e rua: jovens egressos recontam esta história. Santa Maria: Pallotti, 2006.
- SAMARA, E. M. novas imagens da família. “A Brasileira”. São Paulo: Psicologia USP, 1992. v. 3
- SOCAL, Eliane et al. Pesquisa e Diagnóstico sobre Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social em Santa Maria/RS: Construindo Cidadania. Santa Maria/RS: Gráfica e Editora Pallotti, 2003.

VILLASANTE, Tomás e colaboradores. Metodologias Participativas – Manual. Observatório Internacional de Ciudadanía y Médio Ambiente Sostenible (CIMAS), Madrid, 2009.

VILLASANTE, Tomás. Desbordes Creativos. Estilos y estrategias para la transformación social. Catarata, Madrid, 2006.

_____. Redes e Alternativas. Estratégias e estilos criativos na complexidade social. Trad. Carlos Alberto Soares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UNICEF/IBGE – Fundo das Nações Unidas para a Infância – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sobre crianças e adolescentes – Brasil 1990 – 1999, 2001.